

volume

30/2

jul/2025

ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

História e Literatura: diálogos e reflexões

*Esta é a primeira de uma série de primeiras de uma
especialidades em docas especialidades em docas
para casamentos, baptipara casamentos, bapti-
sados e banquetes. É agados e banquetes. É a
única depositaria da afanica depositaria da afanica
munda Guarana Espumamunda Guarana Espumamunda
te e do excelente chocolate e do excelente chocolate
lato Lacta, fabricados emlato Lacta, fabricados em
S. Paulo pelos Srs. ZúS. Paulo pelos Srs. Zú
notta Leonardo & Cinotta Leonardo & Cinotta
A Confeitaria Brasil foi Confeitaria Brasil foi*



Hist. Rev. Pelotas Número 30/2 p.1-148 jul. 2025

ISSN 2596-2876





Obra publicada pela
Universidade Federal de
Pelotas

Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Coordenação de Assuntos Estratégicos: *Marco Aurélio Romeu Fernandes*

Coordenação de Assuntos Institucionais: *Daniel Bruno Momoli*

Assessores do Gabinete da Vice-Reitoria: *Gustavo Dias Ferreira, Jocasta Soares dos Santos*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Planejamento e Administração: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ulrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Claudia Daiane Garcia Molet*

Superintendência de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação: *Christiano Martino Otero Avila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendência de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Editora UFPel – Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: *Ana da Rosa Bandeira*

Representantes das Ciências

Agrárias: *Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR)*

Representantes da Área das Ciências

Exatas e da Terra: *Eder João*

Lenardão (TITULAR), Daniela Hartwig de Oliveira e Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos

Representantes da Área das Ciências

Biológicas: *Rosângela Ferreira*

Rodrigues (TITULAR), Francieli Moro Stefanello e Marla Piumbini Rocha

Representantes da Área das

Engenharias: *Reginaldo da Nóbrega*

Tavares (TITULAR), Cláudio Martin Pereira de Pereira e Jairo Valões de Alencar Ramalho

Representantes da Área das Ciências da

Saúde: *Fernanda Capella Rugno (TITULAR),*

Jucimara Baldissarelli e Zayanna Christina Lopes Lindoso

Representantes da Área das Ciências

Sociais Aplicadas: *Daniel Lena Marchiori*

Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências

Humanas: *Charles Pereira*

Pennaforte (TITULAR), Silvana Schimanski e William Daldegan de Freitas

Representantes da Área das Linguagens e

Artes: *Chris de Azevedo*

Ramil (TITULAR), Daniel Soares Duarte e

Luís Fernando Hering Coelho

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da

UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Claudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos Educacionais

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Profa. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile
Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP -
Marília)
Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha
(UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal
de Uberlândia)
Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPel)
Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de
Coimbra)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
Évora)
Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade
do Minho)
Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional
de La Pampa – AR)
Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Dra. Daniele Gallindo (UFPel); Dra.
Lua Gill da Cruz (PUC-RJ); Dra. Pilar Lago e Sousa
(UFG)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Canudos. Registro dos prisioneiros do
arraial, no interior da Bahia, em 1897. Foto: Flavio de
Barros/Museu da República.

Pareceristas ad hoc: Ana Rüsche (Unb); Camila Carvalho
(UFMG); Felipe Ribeiro (UFPE); Gabriel Fernandes de
Miranda (UEPA); João Ourique (UFPel); Letícia Cristina
Alcântara Rodrigues (UFG); Maria Carolina Casati
Digiampietri (Usp); Mauro Gabriel Moraes da Fonseca
(UFJF); Nima Spigolon (Unicamp); Paulo Possamai
(UFPel); Pedro Gabriel Torres de Assis (UFOP); Rodrigo
Águeda Bandeira Cardoso (UFF); Rodrigo de Freitas
Faqueri (IFSP); Stephen Basdeo (Elizabeth School of
London); Suzana Vasconcelos (Universität Tübingen);
Thiago Magela (UNEMAT); Valeria Ignácio (PUC-SP);
Vinicius Rangel Bertho da Silva (PUC-SP); Virgínea
Novack Santos da Rocha (PUC-RS).

Editora e Gráfica Universitária

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2025/2

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre
Acesso | International Standard Serial Number |
Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-
770

Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : História e Literatura : Diálogos e Reflexões) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.30, n.2, jul. 2025. – Pelotas: UFPel/NDH, 2025 – 148 p. ; 1,6 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Literatura 3. Fontes

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PRESENTATION <i>Daniele Gallindo</i> <i>Lma Gill da Cruz</i> <i>Pilar Lago e Sousa</i>	07
CRÔNICAS MACHADIANAS: AS CRÔNICAS LITERÁRIAS COMO FONTES HISTÓRICAS MACHADO DE ASSIS'S CHRONICLES: LITERARY CHRONICLES AS HISTORICAL SOURCES <i>Claudia Teixeira Façanha</i> <i>Lucia de Souza Teixeira Costa</i>	10
POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA POSSIBLE DIALOGUES BETWEEN HISTORY AND LITERATURE <i>Derocina Alves Campos Sosa</i>	34
INTERSECÇÕES BRASIL-ÂNGOLA: UMA ANÁLISE DO ROMANCE <i>SOMBRAS DE REIS BARBUDOS</i>, DE JOSÉ J. VEIGA, À LUZ DO CONTO "GAVIÃO VEIO DO SUL E PUM!", DE BOAVENTURA CARDOSO BRAZIL-ANGOLA INTERSECTIONS: AN ANALYSIS OF THE NOVEL <i>SOMBRAS DE REIS BARBUDOS</i> , BY JOSÉ J. VEIGA, IN LIGHT OF THE SHORT STORY "GAVIÃO VEIO DO SUL E PUM!", BY BOAVENTURA CARDOSO <i>Júlio César Kohler Damasceno Baron</i> <i>Rogério Max Canedo</i>	47
FIGURAÇÃO DA HISTÓRIA E DA IDENTIDADE NACIONAL EM <i>A ESTRANHA NAÇÃO DE RAFAEL MENDES</i>, DE MOACYR SCLiar FIGURATION OF HISTORY AND NATIONAL IDENTITY IN <i>A ESTRANHA NAÇÃO DE RAFAEL MENDES</i> , BY MOACYR SCLiar <i>Luiz Felipe Voss Spinelli</i>	62
ENTRE PÁGINAS E CICATRIZES: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM <i>O PESO DO PÁSSARO MORTO</i> E NO COTIDIANO BRASILEIRO BETWEEN PAGES AND SCARS: VIOLENCE AGAINST WOMEN IN <i>THE WEIGHT OF THE DEAD BIRD</i> AND IN EVERYDAY LIFE IN BRAZIL <i>Lucas Matheus Araujo Bicalho</i> <i>Luís Fernando de Souza Alves</i> <i>Mauricio Alves de Souza Pereira</i>	76
PRIVACIDADE EM PRÁTICAS DE ESCRITA FEMININA NA INGLATERRA DO SÉCULO XVIII: O DIÁRIO E AS CARTAS DE FRANCES BURNEY PRIVACY IN FEMALE WRITING PRACTICES IN 18TH-CENTURY ENGLAND: THE DIARY AND LETTERS OF FRANCES BURNEY <i>Maria Vitória Dias Collares</i> <i>Adriano Diniz Comissoli</i>	92

A CONSTRUÇÃO DO PIRATA DA ERA MODERNA: INTERAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, LITERATURA E O IMAGINÁRIO COLETIVO THE CONSTRUCTION OF THE MODERN ERA PIRATE: INTERACTIONS BETWEEN HISTORY, LITERATURE, AND THE COLLECTIVE IMAGINATION <i>Andre Luiz Melo Tinoco Nogueira</i>	113
---	------------

MARGUERITE DURAS SOB O FEITIÇO DE JULES MICHELET: O PENSAMENTO DO HISTORIADOR NA POÉTICA DURASIANA MARGUERITE DURAS UNDER THE SPELL OF JULES MICHELET: THE HISTORIAN'S THOUGHT IN DURASIAN POETICS <i>Rafaela Faria Vianna</i>	132
--	------------

CRÔNICAS MACHADIANAS: AS CRÔNICAS LITERÁRIAS COMO FONTES HISTÓRICAS

MACHADO DE ASSIS'S CHRONICLES: LITERARY CHRONICLES AS HISTORICAL SOURCES

Claudia Teixeira Façanha¹

Lucia de Souza Teixeira Costa²

Introdução

O objetivo deste artigo é relacionar Literatura e História, evidenciando que as crônicas de Machado de Assis demonstram ser possível, através das crônicas literárias, conhecer não só os fatos sociais de forma mais ampla, mas também experiências específicas que levam à reflexão sobre situações comuns do cotidiano da sociedade no tempo e no espaço retratados. Portanto, esse gênero textual pode ser tomado com fonte histórica. Para sustentar esse argumento, são analisadas três crônicas machadianas, cotejando-as com textos publicados em jornais da época, que deem respostas, ainda que parciais, para a seguinte pergunta: Que aspectos do cotidiano de ex-escravizados foram retratados por Machado de Assis em suas crônicas?

A pesquisa adotou procedimento bibliográfico e documental. Bibliográfico porque colheu informações em fontes secundárias (livros e trabalhos acadêmicos/de pesquisa), nesse

Resumo: Este trabalho visa mostrar a relação entre Literatura e História, evidenciando, a partir da análise de textos de Machado de Assis, que crônicas literárias são fontes históricas. Para tanto, além da revisão bibliográfica, apresenta a análise de três produções literárias machadianas desse gênero textual para responder à seguinte questão: Que aspectos do cotidiano de ex-escravizados foram retratados por Machado de Assis em suas crônicas? Este estudo segue pressupostos da História Cultural, por isso assume que a crônica literária, sendo um produto cultural, é também uma fonte documental. Assim sendo, o referencial teórico tem caráter interdisciplinar, pois se baseia em pesquisas de historiadores e de estudiosos da literatura. Para atingir o objetivo do estudo, na análise do corpus, são evidenciados aspectos históricos e estilísticos relativos às crônicas selecionadas, relacionando-os com textos publicados em jornais da época. A principal conclusão é a de que as crônicas machadianas revelam o olhar crítico do autor sobre a exclusão social e a exploração dos ex-escravizados, muitas vezes, opondo-se, sutil e sagazmente, ao modo de pensar e de agir da elite brasileira, ainda arraigada a valores do passado, por isso, o historiador, ao analisar esses textos, precisa estar atento aos seus aspectos contextuais e estilísticos.

Palavras-chave: História Cultural, Crônicas Literárias, Machado de Assis, Ex-escravizados.

Abstract: This paper aims to show the relationship between Literature and History, demonstrating, through the analysis of Machado de Assis's texts, that literary chronicles are historical sources. To this end, in addition to the bibliographical review, it presents the analysis of three Machado de Assis's literary productions of this textual gender to answer the following question: What aspects of the daily lives of former slaves were portrayed by Machado de Assis in his chronicles? This study follows the assumptions of Cultural History, and therefore assumes that literary chronicles, being a cultural product, are also a documentary source. Therefore, the theoretical framework has an interdisciplinary nature, as it is based on research by historians and scholars of literature. To achieve the objective of the study, in the analysis of the corpus, historical and stylistic aspects involving the selected chronicles are highlighted, relating them to texts published in newspapers of that time. The main conclusion is that Machado's chronicles reveal the chronicler's critical view of social exclusion and the exploitation of former slaves, many times, opposing, subtly and sagaciously, the way of thinking and acting of the Brazilian elite, still rooted in values from the past. Therefore, the historian, when analyzing these texts, needs to be attentive to their contextual and stylistic aspects.

Key words: Cultural History, Literary Chronicles, Machado de Assis, Former Slaves.

¹ Doutora em Letras Vernáculas pela UFRJ. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Email: claudia.teixeira@ifrj.edu.br

² Especialista em História Social pela Universidade Norte do Paraná. Professora do Instituto Metodista de Petrópolis. Email: lstcosta2015@gmail.com

caso, sobre a História Cultural, o gênero textual “crônica”, o cronista Machado de Assis e a vida dos ex-escravizados no século XIX. As obras consultadas, portanto, foram produzidas não só por historiadores, mas também por pesquisadores da literatura, caracterizando este trabalho como interdisciplinar. Dessa forma, o referencial teórico apresenta contribuições de Albuquerque e Fraga Filho (2006), Arrigucci Júnior (1987), Barros (2005), Candido (1992), Chalhoub e Pereira (1988), Chalhoub, Neves e Pereira (2005), Chartier (2002), Duarte (2009), Drescher (1995), Faria (1995), Grinberg, Grinberg e Almeida (2005), Grecco (2014), Pesavento (1995; 2006), entre outros. A pesquisa é também documental, pois analisou três crônicas de Machado de Assis, além de textos publicados em jornais sobre os fatos nelas evidenciados, estabelecendo uma ligação entre esses dois tipos de fonte histórica.

O trabalho segue pressupostos da *História Cultural*, um campo historiográfico que se estabeleceu a partir das últimas décadas do século XX, mas cujos antecedentes datam do início desse século (Barros, 2005). É um campo de estudo atravessado pela noção de cultura, um conceito polissêmico; por isso, os objetos de interesse da História Cultural são variados. Incluem não só as expressões artísticas da cultura letrada (em que se observam desde as imagens produzidas pelo homem sobre si mesmo, a sociedade e o mundo em que vive, até as condições sociais de produção e circulação dessas expressões), mas também as da cultura popular, produzidas na vida cotidiana por pessoas de diferentes grupos sociais (Barros, 2005).

Conforme afirma Chartier (2002, p. 17), a História Cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”, ou seja, ela procura compreender as representações da realidade dos diferentes sujeitos produtores e receptores de cultura e os meios pelos quais esta foi produzida e transmitida (as práticas e os processos). Barros (2005, p. 3) acrescenta que também são de interesse “as ‘visões de mundo’, os sistemas de valores, os sistemas normativos [...], os ‘modos de vida’ [...], as ideias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos tipos”, além dos modos de pensar e sentir coletivamente.

Grecco (2014) destaca que a História Cultural não só tem como foco a cultura, como também conta com uma abordagem social, uma vez que, por meio de suas representações, os diversos agentes históricos mostram sua visão do mundo social. Dessa forma, com a História Cultural, passou-se a considerar que, além das pessoas que ganharam notoriedade na História, houve muitas outras que representaram o passado através de suas tradições, modos de pensar, experiências etc., ou seja, da sua cultura. Segundo Pesavento, ao considerar essas diferentes contribuições, a História Cultural leva a uma mudança na forma de pensar a história:

[...] representação e imaginário, o retorno da narrativa, a entrada em cena da ficção e a ideia das sensibilidades levam os historiadores a repensarem não só as possibilidades de acesso ao passado, na reconfiguração de uma temporalidade, como colocam em evidência a escrita da história e a leitura dos textos (Pesavento, 2005, p. 59).

Considerando tal perspectiva, a escolha das crônicas de Machado de Assis deveu-se ao fato de ele ter sido capaz de descrever as relações e representações sociais com olhar apurado, crítico e atento, um dos motivos de ser visto como o maior cronista do século XIX no Brasil. Convém destacar também que o cronista tinha ascendência negra; nasceu pobre em uma sociedade escravista; ascendeu socialmente; ganhou prestígio social e trabalhou em órgãos públicos, como na Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, onde, entre outras atribuições, precisava analisar os processos relativos à aplicação da lei de 28 de setembro de 1871, depois apelidada Lei do Ventre Livre, tratando, portanto, diretamente com questões relativas à escravidão (Chalhoub; Neves; Pereira, 2005).

Não se ignora que muitos trabalhos, inclusive alguns dos que serão aqui citados, foram produzidos sobre as crônicas desse autor. A relação entre esse gênero textual e a História também já foi tratada em diversas pesquisas com diferentes escopos teóricos e metodológicos, no entanto, neste trabalho, buscou-se focar em um tema específico abordado em não muitas crônicas machadianas do final do século XIX: a vida de negros que deixaram de ser escravizados seja por alforria, seja pela Lei Áurea. Além disso, procurou-se por textos publicados em jornais da época que esclarecessem melhor as situações comentadas por Machado de Assis. Dessa forma, num universo tão grande de pesquisas, espera-se acrescentar mais conhecimentos sobre a contribuição das crônicas do autor para os estudos históricos.

Este artigo, de início, falará sobre a crônica como gênero textual literário e fonte documental. Depois, abordará a atuação de Machado de Assis como cronista. Em seguida, tecerá breves comentários sobre a situação dos ex-escravizados no Brasil, em especial, no século XIX, para, por fim, analisar três crônicas machadianas que mostram aspectos do cotidiano dos ex-escravizados, cotejando suas informações com textos jornalísticos da época.

História e Literatura: a crônica como gênero textual literário e fonte histórica

As produções artísticas, como a literatura em suas diversas formas (incluído as crônicas), a música, a fotografia, a pintura, entre outras expressões simbólicas humanas, são aceitas como fontes de informações pela História Cultural. Esta renovou a pesquisa histórica, multiplicando as possibilidades de temas e fontes no estudo sobre o passado. Segundo Pesavento, “[...] a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (Pesavento, 2006, p. 42).

Com relação particularmente à arte literária, Chalhoub e Pereira (1988) afirmam que a literatura é reflexo do seu tempo, portanto, é testemunho histórico. Dessa forma, “Qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada – isto é, situada no processo histórico –, logo, apresenta propriedades específicas e precisa ser adequadamente interrogada” (Chalhoub; Pereira, 1998, p. 8). Assim, uma vez que a obra é produzida num determinado contexto, ela dialoga com seus discursos e suas condições históricas, sociais e culturais, reproduzindo-os ou confrontando-os. Daí ser necessária a análise contextual, a reflexão sobre a historicidade

constitutiva da obra, para a apreensão das informações objetivadas pelos historiadores.

O termo “crônica” está ligado a *Chronos*, deus mitológico que simbolizava o tempo na antiga Grécia. Esse gênero textual originou-se na Antiguidade, tendo sido muito comum na Idade Média e no Renascimento, e caracterizava-se por ser uma narração de eventos, numa ordem cronológica, produzida para garantir às gerações futuras a memória dos acontecimentos. Funcionava, portanto, como um relato histórico (Siebert, 2014). Entretanto, como reflexo dos estilos e das concepções de mundo de seus autores, construídos na sua cultura, as crônicas poderiam representar interesses diversos, por exemplo, exaltar, como feitos heroicos, as ações de determinadas pessoas ou povos; reforçar ou criticar as ideologias, entre outros.

Com o desenvolvimento da imprensa, no século XIX, a crônica passou a ter características mais claramente literárias e a ser publicada nos jornais, ganhando cada vez mais importância como registro dos fatos de um dado momento e lugar. Silva assim define a crônica: “Gênero literário difundido no Rio de Janeiro na virada do século, além de uma narrativa do cotidiano, apresenta-se como relato de um tempo social” (Silva, 2005, p. 32). Conforme Candido, a crônica era um “artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias” (Candido, 1992, p. 15), importantes ou não, com linguagem mais simples. Faria, por sua vez, explica que

Naqueles tempos, a crônica chamava-se folhetim e não tinha as características que tem hoje. Era um texto mais longo, publicado geralmente aos domingos no rodapé da primeira página do jornal, e seu primeiro objetivo era comentar e passar em revista os principais fatos da semana, fossem eles alegres ou tristes, sérios ou banais, econômicos ou políticos, sociais ou culturais (Faria, 1995, p. 15).

As crônicas, então, comentavam assuntos do dia a dia normalmente com mais subjetividade, humor ou ironia. Os diferentes tons (irônico, humorístico, poético, entre outros) variavam de autor para autor, de acordo com seu estilo. Portanto, pode-se entender que a crônica se tornou um gênero fronteiro entre o Jornalismo e a Literatura, pois tinha tanto marcas próprias do discurso jornalístico quanto “a fabulação da criação ficcional e poética do discurso da literatura” (Siebert, 2014, p. 681). Távola, *apud* Siebert, assim resolve a questão: “A literatura do jornal. O jornalismo da literatura. É a pausa da subjetividade, ao lado da objetividade da informação do restante do jornal. Um instante de reflexão, diante da opinião peremptória do editorial” (Távola, 2001, *apud* Siebert, 2014, p. 681).

Portanto, a partir do século XIX, embora tenha incorporado características jornalísticas e, posteriormente, literárias, a crônica manteve sua relação com o tempo e a memória. Segundo Arrigucci Júnior, esse gênero textual tem relações com a História porque é um “relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido – uma definição que se poderia aplicar igualmente ao discurso da História” (Arrigucci Júnior, 1987, p. 51).

Considerando o atual contexto de diversidade teórica, em que se procura analisar, de diferentes formas, a realidade histórica e a produção cultural, relacionar a História e os textos literários é uma opção metodológica. Para Grecco, “os discursos literários, ao resgatarem temas históricos, operam seletivamente, assegurando um novo olhar sobre os fatos, reinterpretando-os” (Grecco, 2014, p. 45). Segundo a autora, se o historiador levar em conta que, além de ser um fenômeno estético, a literatura é também uma manifestação cultural, entenderá por que pode ser uma fonte de pesquisa histórica. Defende Grecco que “as construções literárias constituem formas privilegiadas de se apreender aspectos da memória coletiva” (Greco, 2014, p. 45). Isso quer dizer que, mesmo sendo produto de uma visão de mundo dos autores, as obras revelam os comportamentos e ideologias da sociedade em que estão inseridos.

Pesavento (2006) destaca a inclusão da crônica como um “gênero de fronteira” entre a Literatura e a História. Entende, então, que pode ser usada para compreensão de um fato histórico, devendo, no entanto, ser analisada de forma diferenciada, pois, por seu estatuto literário, não é uma representação objetiva do real, mas uma transfiguração dele pautada na verossimilhança e nos sentidos implícitos. Como afirma Pesavento, “a crônica, pois, não se mede por critérios da veracidade, mas sim pela verossimilhança” (Pesavento, 1995, p. 34).

Pesavento destaca também o papel do cronista como aquele que deixaria pistas que, mais tarde, o historiador poderia investigar. Para ela, os cronistas são “testemunhas oculares da história” (Pesavento, 1995, p. 31), relatores do momento que se transformaram em passado documentado. A pesquisadora assim se refere à crônica: “fonte muito rica e especial para o historiador, ela traz pistas de outros tempos” (Pesavento, 2006, p. 63). Aparentemente despretensiosa, pode chamar a atenção para fatos de grande repercussão e ser a base para reflexão sobre temas relevantes. Ainda sobre o papel do cronista e da crônica, Scheneider concorda que ambos são importantes para a História, e o cotidiano é a matéria deles, pois

O cronista e a crônica podem ser considerados, nesse sentido, intérprete e crítico de um momento histórico único, no qual o cotidiano não apenas é indicador do tempo vivido, mas e principalmente, é fonte de produção de saber, posto que possa ser pensado como espaço concreto de realização da história em todas as suas dimensões. (Scheneider, 2012, p. 6).

Considerando-se, portanto, a crônica como um importante registro do cotidiano, ela é tomada como fonte histórica nesta pesquisa, pois parte-se da ideia de que esse gênero textual é um objeto cultural que reflete os fatores contextuais. Essa perspectiva coaduna-se com os pressupostos da História Cultural que, conforme afirma Oliveira, abre “espaços para novas e diferentes questões acerca do passado, para a utilização de objetos e procedimentos diferenciados, procurando identificar a cultura de uma época por meio das representações e práticas que dão significado ao mundo” (Oliveira, 2013, p. 73).

Machado de Assis cronista

Um dos maiores cronistas brasileiros, que revelou as mazelas da sociedade da sua época, foi Joaquim Maria Machado de Assis (1830-1908). Segundo Pereira, o autor é “o cronista que buscou a maturidade estética da crônica, tornando-a um gênero de natureza híbrida que pode abrigar várias linguagens no jornal e manter uma independência linguística ante o folhetim e o discurso jornalístico de sua época” (Pereira, 1994, p.66).

Machado de Assis relatava e comentava – na maioria das vezes, de forma irônica, o que acontecia no Brasil e no mundo, fossem fatos de grande repercussão ou de aparente pouca importância para as outras pessoas em geral. Por mais de quarenta anos, escreveu crônicas para vários jornais, a maioria delas assinando com pseudônimos.

O escritor julgava que o cronista deveria principalmente registrar, interpretar, analisar, de forma pessoal, os fatos do cotidiano. Em uma crônica do dia 14 de agosto de 1878, publicada no **Diário do Rio de Janeiro**, ele caracteriza os cronistas como “[...] beneditinos da história mínima e cavouqueiros da expressão oportuna. Vivemos seis dias a espreitar os sucessos da rua, a ouvir e palpar o sentimento da cidade, para os denunciar, aplaudir ou patear, conforme o nosso humor ou a nossa opinião” (Assis, 2008, p. 156).

Machado via o cronista como um historiador, conforme afirma numa crônica publicada, no jornal **Ilustração Brasileira**, em 15 de março de 1887, na qual defende que o cronista deve observar diretamente a realidade. Segundo ele, se assim o faz, é um historiador (“de quinzena”); caso contrário, é apenas um contador de histórias: “Um historiador de quinzena, que passa os dias no fundo de um gabinete escuro e solitário, que não vai às touradas, às câmaras, à rua do Ouvidor, um historiador assim é um puro contador de histórias” (Assis, 1994, p. 394).

Machado procurava relatar os acontecimentos da semana, mas fazia deles ponto de partida para reflexões mais universais, ultrapassando o contexto temporal e espacial. Muitas vezes, fazia digressões, contava histórias e experiências que pareciam não ter relação com os temas principais dessas reflexões, mas esses eram alguns dos seus recursos para ampliar e deixar implícitos os sentidos dos textos. Portanto, suas crônicas exigem grande atenção do leitor para inferir as relações lógicas entre as informações e perceber a fineza do humor irônico e sarcástico. Nas suas obras, criticou, normalmente, de forma implícita, os comportamentos, os costumes, as estruturas sociais, opondo-se, muitas vezes, às ideologias dominantes.

Apesar de sua condição de descendente de escravizados, a escravidão não foi um tema principal na sua obra, porém não estava ausente em suas produções. De acordo com Pires (2009), como o autor discutia questões sobre a exploração sofrida pelas classes menos favorecidas, os negros não poderiam ser esquecidos. Desde sua época, começou a se disseminar a afirmação de que Machado de Assis era indiferente às questões relativas aos negros, no entanto, segundo Duarte, quem faz essa crítica normalmente não atenta para o fato de o autor ter sido um “implacável crítico do regime escravista que se fazia presente onde a palavra do cidadão melhor atingia o público: a crônica jornalística” (Duarte, 2009, p. 253).

Como se verá adiante, na análise das crônicas, em geral, sutil e sagazmente, Machado criticava a violência e a dominação dos senhores, a hipocrisia da sociedade, a situação precária dos negros, entre outras questões pertinentes ao tema. Conforme Silva e Ricieri (2021), “o homem de letras encontrou nas letras um legítimo caminho discursivo para registrar e condenar, a seu modo, as marcas do cativeiro”. Portanto, mesmo não tendo pertencido a nenhum grupo abolicionista, posicionou-se contra a exploração do negro através da Literatura.

Machado de Assis deixou uma vasta obra, dentre as quais centenas de crônicas. Elas estão classificadas da seguinte forma: **Comentários da semana** (1861-1863), **Crônicas do Dr. Semana** (1861-1864), **Crônicas - O futuro** (1862-1863), **Ao acaso** (1864-1865), **Cartas fluminenses** (1867), **Badaladas** (1871-1873), **História de quinze dias** (1876-1877), **História dos trinta dias** (1878), **Notas semanais** (1878), **Balas de estalo** (1883-1886), **Bons dias!** (1888-1889), **A semana** (1892-1900). Desse acervo, serão analisadas aqui três delas que tratam de situações vividas por ex-escravizados: “Crônica de 26 de junho de 1888”, “Crônica de 15 de maio de 1892” (fragmento) e “Crônica de 4 de novembro de 1900” (fragmento).

A situação dos ex-escravizados na sociedade brasileira do século XIX

Antes da assinatura da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, ou Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, foram aprovadas duas outras leis para libertar os escravizados: a do Ventre Livre ou Rio Branco (1871), que declarava livres os nascidos a partir daquela data quando tivessem 21 anos; e Saraiva Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários (1885), que dava liberdade aos escravizados com mais de sessenta anos.

Antes dessas leis, para obter a liberdade legalmente, o escravo tinha que conseguir a carta de alforria ou carta de liberdade. Albuquerque e Fraga Filho relatam o seguinte:

O indivíduo que deixava de ser escravo passava a ser chamado liberto ou forro. Como se tratava de transferência de propriedade, o ato devia ser lavrado por um tabelião em cartório, assinado pelo senhor e por testemunhas juramentadas e registrado em livro especialmente destinado a este fim. [...] Depois de registrada, a carta original era devolvida ao liberto, que a usaria como prova de sua condição de liberdade (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 146).

No entanto, na maioria das vezes, obter esse documento era muito custoso ao escravo, que precisava pagar por sua alforria ou até mesmo comprar outro escravo e dar ao senhor como forma de pagamento. A promessa de liberdade com a demora na entrega de uma carta de alforria (quando de fato ocorria), em muitos casos, era uma forma de manter a obediência e a dedicação dos escravizados. Para piorar a situação, se o senhor morresse, a alforria podia ser contestada pelos herdeiros e, portanto, o escravizado poderia esperar anos pela decisão judicial (Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

Porém, pouco antes da abolição, muitos escravizados receberam alforria de senhores que não achavam mais vantajoso financeiramente manter trabalhadores em sistema de escravidão. Além disso, alguns outros senhores, prevendo a abolição e tentando não perder a mão de obra, também concederam cartas de alforria, conforme explicam Rios e Matos:

Dentre as estratégias senhoriais para evitar este abandono estava a de procurar ligá-los a si e às fazendas por laços de gratidão, antecipando-se à abolição e concedendo alforrias em massa. A possibilidade de despertar-lhes a gratidão ligava-se ao entendimento senhorial de que os escravos deveriam receber a liberdade de suas mãos, e não do Estado, e percebê-la como uma dádiva senhorial (Rios; Matos, 2004, p. 179).

Em muitos processos de obtenção do documento, as irmandades religiosas desempenharam um papel importante, pois costumavam ajudar os negros emprestando-lhes dinheiro para comprá-las ou patrocinando a liberdade dos filhos de escravizados que morriam (Albuquerque; Fraga Filho, 2006). As irmandades também lutavam por manter laços entre seus adeptos, promoviam o ensino religioso e buscavam preservar tradições africanas.

Entretanto, as condições sociais dos ex-escravizados, no século XIX, antes e após a Lei Áurea, no geral, não melhoraram, pois a maioria continuava à margem da sociedade, vivendo em condições precárias. Eles desempenhavam, muitas vezes, as mesmas funções de quando eram cativos, até servindo aos antigos senhores em troca de casa e comida e/ou salários baixos. Além desses trabalhadores, também havia os que exerciam profissões mais especializadas, como mestres de obras, ferreiros, alfaiates, barbeiros, carpinteiros, marceneiros, joalheiros, oleiros entre outras que exigiam habilidades técnicas (Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

Faria (s.d.) afirma que havia chances de ex-escravizados enriquecerem, em especial, através do trabalho no comércio, tornando-se até senhores de escravos, mas isso era uma experiência de pouquíssimos, pois a pobreza era a realidade para a maioria. Ao serem libertos, tinham que viver por sua própria conta e com o preconceito e a rejeição da sociedade. Como afirma Risério, apud Araújo, “Um homem que se tornava liberto não era, de modo algum, igual a um homem que se tivesse nascido livre. Era sempre um ex-escravo – e a própria sociedade, fundada no trabalho servil, impedia que o estigma cicatrizasse” (Risério, 2004, p. 451, apud Araújo, 2020, p. 8). Conforme Maringoni (2011), muitos ex-escravizados aumentaram em muito a população de desocupados e moradores de rua.

Convém destacar que, em 19 de julho de 1888, o ministro Ferreira Viana apresentou à Câmara dos Deputados do Brasil um projeto para enfrentar o que chamou de tendência “natural” à vagabundagem do brasileiro em geral. No mesmo documento, o governo reconhecia o problema de educar os ex-escravizados que possuíam “os vícios do seu estado anterior”. Dessa forma, para os reincidentes pegos em vadiagem, havia uma pena de três anos de reclusão (Marocco, 2009). Portanto, a solução para tentar diminuir o problema dos trabalhadores desempregados e dos moradores de rua negros era a repressão. Ainda acontecia de alguns ex-senhores, não conformados com o fim da escravidão, manterem à força os negros nas fazendas ou continuarem a perseguir os ex-escravizados

que deixavam as terras à procura de condições melhores de vida. A esse respeito, Fraga Filho, *apud* Araújo, conta o seguinte:

Em 19 de fevereiro de 1889, Adelina, crioula, “ex-escrava”, queixou-se da perseguição promovida pelo antigo senhor, doutor Porfírio Veloso [...]. Após a lei de 13 de maio, decidira retirar-se com o seu filho do Engenho do Jacu. Na estrada para Santo Amaro, fora surpreendida por quatro indivíduos armados, que lhes deram pancadas, levando o seu filho e o animal em que viajavam (Fraga Filho, 2006, p. 319, *apud* Araújo, 2020, p. 6).

Urruzola menciona outro artifício dos ex-senhores: por meio de processo de tutela, conseguiam, na justiça, a guarda de filhos menores de ex-escravizados. Segundo a pesquisadora, os pais e mães dessas crianças “[...] foram julgados incapazes para tutelar os filhos por serem pobres, moradores de habitações coletivas, não terem uma ocupação funcional fixa, serem solteiros, por serem ex-escravos” (Urruzola, 2019, p.14). Dessa forma, eram desqualificados devido às consequências da escravidão que lhes foi imposta pela própria sociedade senhorial. A autora declara ainda que “[...] a tutela poderia se converter num instrumento de coação ao trabalho, privação das relações familiares, cerceamento à liberdade, imposição de castigos físicos (Urruzola, 2019, p.16). Daí porque abolicionistas chamavam esse artifício de “reescravização”.

É importante frisar que nem a Lei Áurea nem outro documento da época previa ações para auxiliar os ex-escravizados. Esse foi um dos motivos pelos quais, muitos anos depois da escravidão, ainda não tivesse ocorrido a inclusão social da maioria deles e o respeito aos seus direitos de pessoas livres. Segundo Drescher, no Brasil, “Não houve um movimento combinado para auxiliar os escravizados libertos, e o abolicionismo brasileiro não foi um modelo ideológico ou organizacional para uma série de outras mobilizações reformistas” (Drescher, 1995, p. 162). A Abolição, portanto, não veio acompanhada de uma maior mobilidade social, mantendo, intocada, uma estrutura elitista e excludente.

Análise de crônicas machadianas

A análise de crônicas, neste trabalho, objetiva demonstrar que Machado de Assis retratou, em algumas dessas produções, aspectos da vida dos ex-escravizados, no século XIX, como testemunha ocular e observador crítico dos fatos. Dessa forma, evidencia que esse gênero pode ser tomado como fonte histórica, pois, nos acontecimentos que relata e comenta, o cronista revela a mentalidade coletiva, as tramas sociais, trazendo à tona, muitas vezes, o que não está registrado nos textos oficiais (Barbosa, 2023).

Entretanto, na análise de crônicas literárias, devem ser observadas, além dos aspectos contextuais, as escolhas linguístico-discursivas e as relações intertextuais feitas pelos autores. Em especial, no caso de Machado de Assis, seu estilo peculiar é marcado por grande criatividade e domínio do uso de variados recursos expressivos (citações, diálogos, metáforas, ironia, digressões, paródias etc.), que trazem para sua obra muitos sentidos implícitos e profundos, muitas vezes,

diferentes dos modos de pensar de grande parte da sociedade.

Duarte (2007) afirma que Machado usava um conjunto de procedimentos que poderia ser chamado de “poética de dissimulação”, que disfarçava suas críticas e que exige sagacidade do leitor para desvendá-las. Assim, o historiador está diante de um desafio ao procurar extrair das crônicas machadianas informações sobre os fatos e representações de sua época, pois precisará considerar esses procedimentos e entender os implícitos.

a) Crônica de 26 de junho de 1888

Bons dias!

Eu, se tivesse crédito na praça, pedia emprestados a casamento uns vinte contos de réis, e ia comprar libertos. Comprar libertos não é expressão clara; por isso continuo.

Conhece o leitor um livro do célebre Gógol, romancista russo, intitulado *Almas Mortas*? Suponhamos que não conhece, que é para eu poder expor a semente da minha ideia. Lá vai em duas palavras.

Chamam-se *almas* os campônios que lavram as terras de um proprietário, e pelos quais, conforme o número, paga este uma taxa ao Estado. No intervalo do lançamento do imposto, morrem alguns campônios e nascem outros. Quando há *déficit*, como o proprietário tem de pagar o número registrado, primeiro que se faça outro recenseamento, chamam-se *almas mortas* os campônios que faltam.

Tchitchikof, um espertalhão da minha marca, ou talvez maior, lembra-se de comprar as *almas mortas* de vários proprietários. Bom negócio para os proprietários, que vendiam defuntos ou simples nomes, por dez-réis de mel coado. Tchitchikof, logo que arranhou umas mil *almas mortas*, registrou-as como vivas; pegou dos títulos do registro, e foi ter a um Monte de Socorro, que, à vista dos papéis legais, adiantou ao suposto proprietário uns 200.000 rublos; Tchitchikof meteu-os na mala e fugiu para onde a polícia russa o não pudesse alcançar.

Creio que entenderam; vejam agora o meu plano, que é tão fino como esse, e muito mais honesto. Sabem que a honestidade é como a chita; há de todo o preço, desde meia pataca. Suponha o leitor que possuía duzentos escravos no dia 12 de maio, e que os perdeu com a Lei de 13 de maio. Chegava eu ao seu estabelecimento, e perguntava-lhe:

— Os seus libertos ficaram todos?

— Metade só; ficaram cem. Os outros cem dispersaram-se; consta-me que andam por Santo Antônio de Pádua.

— Quer o senhor vender-mos?

Espanto do leitor; eu, explicando:

— Vender-mos todos, tanto os que ficaram, como os que fugiram.

O leitor assombrado:

— Mas, senhor, que interesse pode ter o senhor...

— Não lhe importe isso. Vende-mos?

— Libertos não se vendem.

— É verdade, mas a escritura de venda terá a data de 29 de abril; nesse caso, não foi o senhor que perdeu os escravos, fui eu. Os preços marcados na escritura serão os da tabela da lei de 1885; mas eu realmente não dou mais de dez mil-réis por cada um.

Calcula o leitor:

— Duzentas cabeças a dez mil-réis são dois contos. Dois contos por sujeitos que não valem nada, porque já estão livres, é um bom negócio.

Depois refletindo:

— Mas, perdão, o senhor leva-os consigo?

— Não, senhor: ficam trabalhando para o senhor; eu só levo escritura.

— Que salário pede por eles?

— Nenhum, pela minha parte, ficam trabalhando de graça. O senhor pagar-lhes-á o que já paga.

Naturalmente, o leitor, à força de não entender, aceitava o negócio. Eu ia a outro, depois a outro, depois a outro, até arranjar quinhentos libertos, que é até onde podiam ir os cinco contos emprestados; recolhia-me à casa, e ficava esperando.

Esperando o quê? Esperando a indenização, com todos os diabos! Quinhentos libertos, a trezentos mil-réis, termo médio, eram cento e cinquenta contos; lucro certo: cento e quarenta e cinco.

Porquanto, isto de indenização, dizem uns que pode ser que sim, outros que pode ser que não: é por isso que eu pedia o dinheiro a casamento. Dado que sim, pagava e casava (com a leitora, por exemplo); dado que não, ficava solteiro e não perdia nada, porque o dinheiro era de outro. Confessem que era um bom negócio.

Eu até desconfio que há já quem faça isto mesmo, com a diferença de ficar com os libertos. Sabem que no tempo da escravidão, os escravos eram anunciados com muitos qualificativos honrosos, perfeitos cozinheiros, ótimos copeiros etc. Era, com outra fazenda, o mesmo que fazem os vendedores, em geral: superiores morins, lindas chitas, soberbos cretones. Se os cretones, as chitas e os escravos se anunciassem, não poderiam fazer essa justiça a si mesmos.

Ora, li ontem um anúncio em que se oferece a aluguel, não me lembra em que rua, — creio que na do Senhor dos Passos, — uma insigne engomadeira. Se é falta de modéstia, eis aí um dos tristes frutos da liberdade; mas se é algum sujeito que já se me antecipou...

Larga Tchitchikof de meia tigela! Ou então vamos fazer o negócio a meias.

Boas noites.

Essa crônica foi publicada na série **Bons Dias**, do jornal **Gazeta de Notícias**. Ela mostra, de início, que muitos escravizados, após sua libertação, continuaram trabalhando para seus ex-senhores, enquanto outros dispersaram do lugar em que viviam. O objetivo principal de Machado, no entanto, é fazer o leitor refletir sobre uma possível tentativa de fraude após a Abolição, comparando a situação com o enredo do livro **Almas Mortas** (1842), do escritor russo Nikolai Gógol. Nessa obra, o personagem principal (Tchitchikof) chega a uma cidade do interior da Rússia, finge ser um proprietário de terras; compra, por preços baixos, de vários proprietários, servos que já haviam morrido (“almas mortas”); registra-os como vivos; leva os títulos de registro a uma loja de penhores, que lhe adianta uma grande quantia; depois foge.

Associando essa história às pretensões e esforços de muitos ex-senhores de receber indenização pela libertação dos escravizados após a Lei Áurea, o cronista faz, de antemão, uma crítica àqueles que esperavam lucrar com a Abolição. Machado, de forma sarcástica, interpreta a mentalidade da elite senhorial, que procurava manter o direito de propriedade e obter ganhos financeiros com os ex-escravizados, criando um narrador (equivalente ao trapaceiro Tchitchikof) que elabora um plano fraudulento: ele compraria de ex-senhores, por preços baixos, os libertos, até os que haviam evadido, mas não tomaria posse deles; obteria escrituras dessas compras (registradas com valores maiores), datadas de antes da Abolição; depois apresentaria essas escrituras ao poder público para resgatar as indenizações. A aquisição de ex-escravizados equivaleria à compra de “almas mortas”, pois, em ambos os casos, haveria uma trapaça para que ex-senhores conseguissem obter ganhos com o que não lhes pertencia mais.

Embora as indenizações aos ex-proprietários não tivessem sido previstas pela Lei Áurea e não tivessem sido aprovadas pelo Parlamento, foram discutidas em diferentes setores da sociedade. A ideia tinha, a princípio, algum fundamento, já que França e Inglaterra haviam ressarcido ex-senhores de suas colônias depois da Abolição. Além disso, no Brasil, tanto a Lei do Ventre Livre quanto a do Sexagenário mencionaram as indenizações; a primeira, na forma de somas em dinheiro; a segunda, em mais 3 anos de trabalho (Manoel, 2016).

As figuras 1, 2 e 3 comprovam a existência de defesa às indenizações após a Lei Áurea. Apenas o texto da figura 1 será transcrito devido a problemas na imagem do original. Ela revela que um advogado, o Sr. Coelho Rodrigues (ex-deputado à época), havia apresentado à Câmara um projeto de lei que autorizava o governo a indenizar, com títulos da dívida pública, os que tiveram “prejuízos” com o fim da escravidão. A figura 2 mostra um trecho de uma ata de uma reunião de moradores da freguesia de Monte Verde, em São Fidélis, município do norte do estado do Rio de Janeiro. Observa-se que o presidente da reunião (Dr. Laurindo Pitta) utiliza, como argumento, o

fato de, em outros países, ter havido as indenizações, e propõe a criação de uma comissão para levar o pedido ao parlamento e ao poder executivo. A figura 3 evidencia que o meio jurídico estava analisando se havia ou não respaldo legal para as indenizações.

Deve-se destacar ainda que o Barão de Cotegipe, em 19 de junho de 1888, apresentou ao Senado a proposta de emissão de títulos para reembolso aos ex-proprietários. Essa e outras propostas afins foram recusadas, mas o assunto foi bastante debatido no Parlamento, onde José do Patrocínio fazia forte oposição à proposta e criticava seus defensores (Machado, 2009).

Figura 1: Trecho de Projeto de Lei



Fonte: Gazeta de Notícias (1888)³

³ O Sr. Coelho Rodrigues apresentou hontem à câmara os seguintes projectos de lei. Projecto n.10— 1888. Providências complementares da lei n. 3353 de 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão: - Indemnisação aos ex-senhores.

Figura 2: Trecho de ata

Em seguida o presidente concedeu a palavra ao Dr. Laurindo Pitta, que expoz detalhadamente o fim para que se congregaram todos os habitantes da paróquia, sendo este fim relativo à indenização e ao procedimento político. Historiou a indenização havida nos países estrangeiros, quando libertaram os escravos; e concluiu esta primeira parte de seu discurso propondo a nomeação de uma comissão, que, revestida dos poderes facultados pelos presentes, se dirigisse ao parlamento ou ao poder executivo, no sentido de pedir a indenização, e, aceita esta ideia, tomava a liberdade de indicar os nomes dos cidadãos commendador Carlos Teixeira Leite, José Francisco da Siqueira Queiroz, Dr. Joaquim Cerqueira de Souza, José Rabello da Silva e Manuel Afonso Duarte Monteiro.

Fonte: Gazeta de Notícias (1888)⁴

Figura 3: Informe

O Instituto dos Advogados Brasileiros aprovou a seguinte moção:

« O Instituto dos Advogados Brasileiros, tendo no merecido applauso a promulgação da lei n. 3,353, de 13 de maio de 1888, e o intuito que a dictou, delibera que na acta se faça expresso este voto, e passa á ordem do dia. »

A votação foi unanime.

O mesmo instituto incumbiu ao Dr. Silva Costa de formular o relatorio sobre a seguinte questão: — A lei n. 3,353, de 13 de maio de 1888, dá lugar á indenização dos serviços dos estado livres?

Fonte: Jornal do Commercio (1888)⁵

Machado de Assis toma, portanto, como pano de fundo para sua crônica, a busca por indenizações aventadas por políticos, juristas e ex-senhores para amenizar perdas com a Abolição. No plano descrito pelo narrador, ele pegaria emprestado o dinheiro que lhe possibilitaria chegar até as indenizações, com promessa de algum casamento, mas, caso não as recebesse e nem se casasse, não levaria prejuízo, “porque o dinheiro era de outro”, ou seja, não pagaria a dívida. Observa-se que o não cumprimento de acordos, prática comum entre os desonestos, é aqui ridicularizado.

Detalhando o plano, o autor envolve o leitor em sua argumentação, tornando-a mais vívida e facilitando a sua compreensão. O cronista satiriza a priorização dos interesses econômicos, que se sobrepõem à moral e à ética, pois tanto os que “vendessem” os negros sem serem mais seus senhores, quanto os que os “comprassem” para depois receberem as indenizações teriam ganhos de forma fraudulenta, numa espécie de especulação financeira, em que obteriam lucros de “ativos” desvalorizados. É importante destacar, ainda, que o autor, através do narrador, incita os leitores a um posicionamento sobre o plano quando diz ironicamente “Confessem que era um bom negócio.”, buscando claramente despertar a reflexão sobre a ideologia capitalista e a prática de compra e venda de escravizados.

Art. 1: Fica o governo auctorizado a indemnizar em titulos da divida publica, os prejuizos resultantes da extincção do elemento servil aos ex-senhores de escravos e aos credores hypothecarios ou pignoratícios, em relação aos comprehendidos nos respectivos titulos de credito, podendo para isso fazer as operações necessarias. [...]. PROJECTOS de lei. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 25 maio 1888. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=13826. Acesso em: 03 abr. 2025.

⁴ REUNIÃO popular. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 jun. 1888. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=escravos&pagfis=13954. Acesso em: 29 mar. 2025.

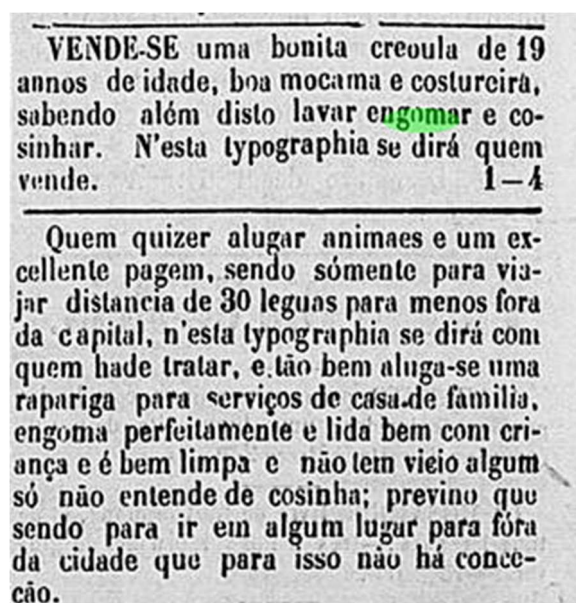
⁵ AUXÍLIOS à lavoura. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 23 jun. 1888. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=escravos&pagfis=13971. Acesso em: 29 mar. 2025.

O cronista ainda comenta que, no período da escravidão, os negros eram anunciados com muitas qualificações, tal qual em vendas de tecido – avivando o fato de que os senhores os tratavam como mercadorias. A figura 4 mostra um anúncio de venda de uma jovem escravizada e um outro de aluguel de dois escravizados (um rapaz e uma moça). Destacam-se as qualificações pela aparência e pela utilidade (“bonita”, “boa mocama e costureira”, [sabe] “lavar engomar e cosinhar”, “excelente pagem”, “bem limpa” etc.). Atente-se para a menção ao aluguel do pajem na mesma frase que o de animais, outro nivelamento comum na época da escravidão (escravizados e animais).

Com a liberdade, diz o escritor, os ex-escravizados tinham que, sem ajuda, anunciar suas habilidades, qualidades e serviços para alugar sua mão-de-obra. Cita, como exemplo, o anúncio de uma “insigne engomadeira” – adjetivação, de certa forma, hiperbólica para a função. Como, entretanto, havia dito, no parágrafo anterior, que nem os tecidos nem os escravizados exaltariam a si próprios, concluiu, com ironia, que ou faltava modéstia à pessoa que oferecia seus serviços ou alguém ainda estava tirando proveito do trabalho dela.

A análise da crônica mostra que, adentrando a mentalidade escravocrata e utilitarista da elite,

Figura 4: Anúncios de venda e aluguel de escravizados



Fonte: Correio Paulistano (1862)⁶

Machado ilustrou, de forma crítica, as mazelas da sociedade da época, que não só priorizava os bens materiais e o poder em detrimento das necessidades dos desvalidos como desumanizava/coisificava os negros. Dessa forma, o autor revela o modo de pensar e de agir da época, no entanto, utilizando recursos literários e de argumentação, dentre eles a exemplificação de fatos fictícios ou reais, ele buscou contrapor-se, em certos aspectos, às ideologias dominantes, tensionando o discurso da maioria e instigando os leitores a refletir sobre suas próprias concepções e ações (é preciso lembrar que o público-alvo dos jornais da época era, em sua maioria, a elite.).

b) Crônica de 15 de maio de 1892 (fragmento)⁷

Não há abertura de Congresso Nacional, não há festa de Treze de Maio, que resista a uma adivinhação. A sessão legislativa era esperada com ânsia e será acompanhada com interesse. A festa de Treze de Maio comemorava uma página da história, uma grande,

⁶ **Correio Paulistano**, Annuncios, São Paulo, ed. 01700, p. 3, 3 jan.1862. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_02&pasta=ano%20186&pesq=an%C3%Bancio&pagfis=6367. Acesso em: 29 mar. 2025.

⁷ Será aqui apresentado apenas o primeiro parágrafo, pois, a partir daí, o autor passa a comentar a proposta do parlamentar mencionado, que não diz respeito à situação do negro.

nobre e pacífica revolução, com este pico de ser descoberta uma preta Ana ainda escrava, em uma casa de S. Paulo. Após quatro anos de liberdade, é de se lhe tirar o chapéu. Epimênides também dormiu por longuíssimos anos, e quando acordou já corria outra moeda; mas dormia sem pancadas. A preta Ana dormiu na escravidão, não sabendo até ontem que estava livre; mas como o sono da escravidão só se prolonga com a dormideira do chicote, a preta Ana para não acordar e saber casualmente que a liberdade começara, bebia de quando em quando a miraculosa poção. O caso produziu imenso abalo; o telégrafo transmitiu a notícia e todos os nomes. [...]

A crônica foi publicada na série “A Semana”, da **Gazeta de Notícias**. O principal assunto, desenvolvido a partir do segundo parágrafo, é a proposta de um parlamentar de convocar uma assembleia de quinhentos deputados, sem remuneração, que tomaria para si todas as atribuições do poder executivo e escolheria uma forma de governo. O autor, de forma bem contundente, satiriza a proposta. Importa aqui, porém, destacar que, no início do texto, o cronista menciona as comemorações pelos quatro anos da assinatura da Lei Áurea.

Publicações contemporâneas, como a de Ramos (2016), têm mostrado que Machado de Assis, apesar de não ter feito parte de nenhum grupo militante, através de seus textos, atuou em prol da causa abolicionista, provocando a reflexão do leitor para posicionar-se contra a escravidão e contra planos em torno da Abolição que não atenderiam as necessidades dos escravizados. Sua

Figura 5: Notícia



Fonte: Gazeta de Notícias (1892). TELEGRAMAS. *Gazeta de Notícias*. 14 maio 1892. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagis=5734. Acesso em: 25 mar. 2025.

presença nas comemorações do 13 de maio de 1888 e a celebração da data em alguns de seus escritos indicam seu engajamento, entretanto, passado algum tempo da data, não só as comemorações foram se esvaziando, como também a situação dos ex-escravizados foram se mostrando ainda precária.

Nesse contexto, chamar a Abolição de “revolução” é uma das sutis ironias do autor, assim como também o é qualificá-la como “grande, nobre e pacífica”, uma vez que, conforme afirma Pires, “[...] a libertação não foi um ato bondoso e desinteressado, tendo em vista que pressões externas e internas colaboraram para que a abolição fosse concedida” (Pires, 2009, p. 135). Em seguida, o cronista comenta um fato ocorrido no dia 13 de maio de 1892 e noticiado, no dia seguinte, nos “Telegramas”, da **Gazeta de Notícias** (figura 5): descobriu-se que uma preta chamada Ana vivia, quase incomunicável, ainda como escrava, na casa de uma família Ramalho, sofrendo maus tratos. Novamente, usando ironia, Machado qualifica a descoberta como o “pico” das comemorações de 13 de maio.

A notícia (não detalhada por Machado) revela – como fato revoltante – que, após uma denúncia, um delegado foi até a residência da família, mas foi impedido de entrar. Como uma multidão tentou invadir a casa, a família deixou que algumas pessoas entrassem. De início, a mulher (“infeliz preta de nome Ana”) declarou “ser bem tratada por sua senhora”. Depois que saiu à rua, no entanto, afirmou que “desconhecia a liberdade, que ainda se julgava escrava, que sofria castigos de seus senhores, quando não obedecia às suas ordens”. A mudança, na versão de Ana, certamente refletia o medo que sentia dos senhores.

A notícia ainda informa que Ana foi “submetida a um interrogatório” e que suas declarações comprometeram a família Ramalho. No entanto, o jornalista afirma que a polícia ainda colhia “provas seguras” e apenas levanta a possibilidade de que haveria punição. Diz também que o “povo prorrompeu em aclamações e vivas à liberdade”. Parece, portanto, que a libertação da ex-escravizada, embora tenha conferido maior força às comemorações do Treze de Maio, foi permeada por mais injustiças.

Machado também faz uma analogia entre Ana e Epimênides, poeta e sábio cretense que, segundo um mito, teria dormido 57 anos em uma caverna. Conforme Casertano (2011), a historiografia moderna relacionou esse sono com a prática de “letargia”, em que, para receber sonhos divinatórios, o escolhido caía em sono profundo. Assim, o autor, por meio de metáforas, comenta a alienação de Ana quanto à realidade, dizendo que havia dormido na escravidão e que os seus donos, para que ela não acordasse e soubesse que estava livre, usavam o “chicote da dormideira”, ou seja, mantinham a mulher em casa com castigos (diferentemente de Epimênides, que “dormia sem pancadas”), na ignorância, figurativamente letárgica em relação ao que acontecia no mundo exterior à casa em que vivia. Ao final, ironizando não a preta Ana, mas à sua situação, afirma que “é de se lhe tirar o chapéu”, simulando espanto pelo fato de, após 4 anos da Abolição, ainda ocorrer tal ilegalidade e omissão.

Muitos ex-escravizados devem ter passado por situação semelhante à de Ana após a assinatura da Lei Áurea: os senhores, aproveitando-se da falta de conhecimento deles sobre a realidade, devido ao isolamento social, continuavam a mantê-los em regime de escravidão. Prova disso é que, na crônica de 1º de janeiro de 1983⁸, quase cinco anos após a abolição, Machado de Assis comenta o fato de “um preto [João] de Uberaba, que, fugindo agora da casa do antigo senhor, veio a saber que estava livre desde 1888, pela lei da abolição”.

Mais uma vez, Machado faz de um fato noticiado a base para refletir sobre o contraste entre o ideal (o respeito aos direitos dos ex-escravizados, por exemplo) e o real, e chamar a atenção para as relações de dominação numa sociedade ainda, em grande parte, indiferente ao sofrimento dos negros. A história de Ana, na crônica machadiana, poderia ser tomada como uma alegoria da alienação não só dos que eram mantidos escravizados, mas da sociedade como um todo, que permanecia alheia à situação dos negros de uma forma geral. Nesse trecho da crônica, Machado

8

Disponível

em:

<https://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20A%20semana,%201892.htm#C1893>. Acesso em: 20 fev. 2025.

confronta a mentalidade da elite, utilizando intertextualidade, metáforas, ironia, qualificativos, entre outros recursos, para sugerir seus pontos de vista e sua crítica.

c) Crônica de 4 de novembro de 1900 (fragmento)⁹

Entre tais e tão tristes casos da semana, como o terremoto de Venezuela, a queda do Banco Rural e a morte do sineiro da Glória, o que mais me comoveu foi o do sineiro.

Conheci dois sineiros na minha infância, aliás três, — o *Sineiro de São Paulo*, drama que se representava no Teatro São Pedro, — o sineiro da *Notre Dame* de Paris, aquele que fazia um só corpo, ele e o sino, e voavam juntos em plena Idade Média, e um terceiro, que não digo, por ser caso particular. A este, quando tornei a vê-lo, era caduco. Ora, o da Glória, parece ter lançado a barra adiante de todos.

Ouvi muita vez repicarem, ouvi dobrarem os sinos da Glória, mas estava longe absolutamente de saber quem era o autor de ambas as falas. Um dia cheguei a crer que andasse nisso eletricidade. Esta força misteriosa há de acabar por entrar na igreja e já entrou, creio eu, em forma de luz. O gás também já ali se estabeleceu. A igreja é que vai abrindo a porta às novidades, desde que a abriu à cantora de sociedade ou de teatro, para dar aos solos a voz de soprano, quando nós a tínhamos trazida por D. João VI, sem despir-lhe as calças. Conheci uma dessas vozes, pessoa velha, pálida e desbarbada; cantando, parecia moça.

O sineiro da Glória é que não era moço. Era um escravo, doado em 1853 àquela igreja, com a condição de a servir dois anos. Os dois anos acabaram em 1855, e o escravo ficou livre, mas continuou o ofício. Contem bem os anos, quarenta e cinco, quase meio século, durante os quais este homem governou uma torre. A torre era ele, dali regia a paróquia e contemplava o mundo.

Em vão passavam as gerações, ele não passava. Chamava-se João. Noivos casavam, ele repicava as bodas; crianças nasciam, ele repicava ao batizado; pais e mães morriam, ele dobrava aos funerais. Acompanhou a história da cidade. Veio a febre amarela, o cólera-morbo, e João dobrando. Os partidos subiam ou caíam, João dobrava ou repicava, sem saber deles. Um dia começou a guerra do Paraguai, e durou cinco anos; João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando se decretou o ventre livre das escravas, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a República, João repicou por ela, e repicaria pelo Império, se o Império tornasse. Não lhe atribuas inconsistência de opiniões; era o ofício. João não sabia de mortos nem de vivos; a sua obrigação de 1853 era servir à Glória, tocando os sinos, e tocar os sinos, para servir à Glória, alegremente ou tristemente, conforme a ordem. Pode ser até que, na maioria dos casos, só viesse a saber do acontecimento depois do dobre ou do repique.

Pois foi esse homem que morreu esta semana, com oitenta anos de idade. O menos que lhe podiam dar era um dobre de finados, mas deram-lhe mais; a Irmandade do Sacramento foi buscá-lo à casa do vigário Molina para a igreja, rezou-se-lhe um responso e levaram-no para o cemitério, onde nunca jamais tocará sino de nenhuma espécie; ao menos, que se ouça deste mundo.

⁹ Dessa crônica será copiada apenas a parte que trata do sineiro. Nas outras, o autor faz reflexões sobre os dois outros acontecimentos citados: o terremoto na Venezuela e a queda do Banco Rural.

Repito, foi o que mais me comoveu dos três casos. Porque a queda do Banco Rural, em si mesma, não vale mais que a de outro qualquer banco. E depois não há bancos eternos. Todo banco nasce virtualmente quebrado; é o seu destino, mais ano, menos ano. O que nos deu a ilusão do contrário foi o finado Banco do Brasil, uma espécie de sineiro da Glória, que repicou por todos os vivos [...].

Não, meus amigos. Nem terremotos nem bancos quebrados. Vivem os sineiros de oitenta anos, e um só, perpétuo e único badalo! [...]

Nessa crônica, publicada no jornal **Gazeta de Notícias**, Machado reflete sobre três fatos da semana: o terremoto da Venezuela, a queda do banco Rural e a morte do sineiro da Glória. Esse último, segundo o autor, foi o que mais o comoveu. Dessa forma, põe lado a lado acontecimentos de interesse geral e um de importância particular, mas que, para ele, se sobrepõe aos outros. Convém observar que são fatos que contrapõem as mudanças na natureza e nas instituições à constância do sineiro na sua função.

O sineiro era um escravo doado à igreja em 1853. Deveria servi-la durante dois anos, porém, passado esse tempo, já liberto, continuou a viver como antes. Conforme o autor, qualquer tipo de acontecimento era anunciado pelo sineiro da igreja da Glória (João), fosse de cunho particular ou de grande repercussão social. Ele agia como um “mensageiro”, que cumpria sua obrigação de anunciar os fatos sem, muitas vezes, saber o que havia acontecido, apenas obedecendo às ordens. O sino dava sentido à sua vida, cuja importância social estava calcada na sua utilidade e subserviência. E Machado dá destaque a essa situação de alienação e subalternidade esperada pela sociedade.

Durante 45 anos, João anunciou a história local e mundial e, segundo Machado, governou a torre do sino e manteve-se longe dos acontecimentos: “A torre era dele, dali regia a paróquia e contemplava o mundo”. A torre, portanto, pode ser tomada como metáfora do distanciamento do sineiro em relação à sociedade e aos fatos. Nela, ele tinha importância (era seu domínio) e podia ficar afastado da discriminação e da rejeição social, situação semelhante à do Corcunda de Notre Dame – personagem criado pelo escritor francês Victor Hugo – citado por Machado na crônica. Além disso, fica claro que nenhum fato que anuncia, nenhuma mudança na sociedade faz diferença alguma na vida do sineiro, que permanece do mesmo modo que quando escravizado. Isso comprova a dificuldade que os libertos tiveram de encontrarem outras ocupações, problema que não era uma preocupação da elite e dos governantes da época.

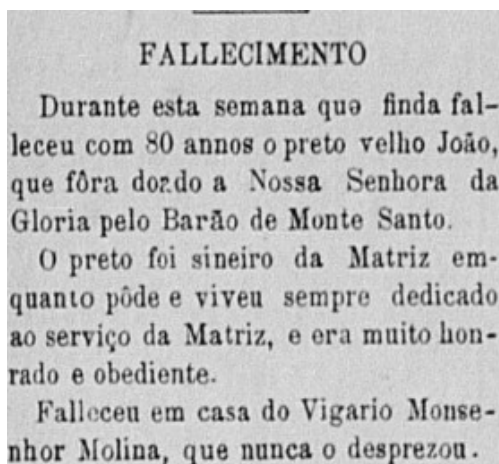
O sineiro era responsável pelo som que marcava as mudanças e a passagem do tempo, agindo rotineira e obedientemente, mas passando despercebido à maioria das pessoas, porém não a Machado. Ele era apreciador do som de sinos tradicionais (mencionados em muitos de seus textos) e os defendia, opondo-se ao uso dos sinos musicais elétricos, que considerava uma modernidade indesejável, assim como os bondes elétricos. Na verdade, o autor tinha uma visão bastante cética sobre as inovações e o progresso, que a sociedade aplaudia, sem necessariamente considerar as consequências negativas. Machado, ao falar do sineiro, demonstrou reconhecimento à pessoa e não somente a seu ofício, fazendo-o também mais conhecido, o que é uma forma de deferência.

Grinberg, Grinberg e Almeida explicam a simpatia do cronista pelo sineiro:

Machado não gostava da igreja, mas adorava ouvir seus sinos repicarem. Podia ouvi-los de casa. Achava tão bonito que um dia foi ver quem era o sineiro. Descobriu que era um antigo escravo. Chamava-se João. Ele tinha ficado livre há muitos anos, mas continuava trabalhando ali. As gerações passavam, e ele ficava. Em todos os acontecimentos importantes estava lá, badalando os sinos (Grinberg; Grinberg; Almeida, 2005, p. 60).

Com a morte de João, aos 80 anos, a Irmandade do (Santíssimo) Sacramento prestou-lhe as últimas homenagens. Embora essa irmandade fosse de brancos, funcionava de forma semelhante às dos pretos (Karasch, 2011), com atuação filantrópica voltada para os mais necessitados, dando um enterro digno a eles. Galante (2022) revela que o sineiro era, na verdade, empregado da Irmandade¹⁰ e que morava nos fundos da igreja com mais dois outros empregados. Esse pesquisador também encontrou a notícia (Figura 6) da morte do sineiro, publicada no jornal **O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ)**, de 03 de dezembro de 1900, que mostra como João era bem considerado na igreja.

Figura 6: Notícia da morte de João¹¹



Fonte: Galante (2022, p. 147)

É importante observar a menção a João ser preto e ser “dedicado ao serviço” e “obediente” (características desejáveis em um escravo e em um serviçal). Ao final, enfatiza-se que o Monsenhor “nunca o desprezou”. Sugere-se, então, que João poderia ser desprezado, algo muito provável de acontecer devido a sua condição de ex-escravizado.

Voltando à crônica, conclui-se que o fato de Machado falar da morte de um sineiro liberto, que vivia como quando era escravizado, demonstra, como afirma (Silva, 2013, p. 70), que o autor

¹⁰ As Irmandades dependiam das autoridades eclesiásticas apenas no aspecto religioso, pois tinham organização e patrimônios próprios, e eram, muitas vezes, responsáveis pela construção e manutenção de igrejas (Luz, 2016).

¹¹ Texto original em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=343951&pasta=ano%20190&pesq=sineiro&pagfis=16562>. Acesso em: 05 fev. 2025.

“maneja o mínimo, o detalhe, o invisível perante os olhos desatentos, problematiza-o e desdobra-o em reflexões que normalmente estariam distantes dos valores vigentes”. Assim, o sineiro torna-se, na crônica, símbolo da contradição entre as transformações do final do século XIX e a manutenção de valores e costumes do passado escravocrata brasileiro, não tão distante na época, em que os negros ainda eram mantidos distantes dos benefícios trazidos por essas transformações.

A análise dos três textos comprova que Machado de Assis revelou, de forma crítica, o modo de pensar e agir da sociedade branca elitista numa época em que o Brasil passava por muitas mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas, mas em que velhas concepções e atitudes, pautadas numa ideologia autoritária, oligárquica e excludente, ainda permaneciam. O autor procurou, portanto, ao falar de situações que envolviam ex-escravizados, não somente retratar ou deixar registrados os fatos, mas desmascarar os comportamentos e pontos de vista reprováveis das elites, confrontando seus discursos e ideologias.

Considerações finais

Este trabalho objetivou investigar que aspectos da vida dos ex-escravizados do século XIX são mostrados em crônicas de Machado de Assis, tentando, então, comprovar que produções literárias desse gênero textual, fronteiro entre o Jornalismo e a Literatura, podem ser consideradas fontes históricas. Percebeu-se que, mesmo tratando de fatos de pouca repercussão social, as crônicas podem “revelar representações e ações coletivas que muitas vezes são negligenciadas em outras fontes históricas [...]” (Barbosa, 2023, p. 18), evidenciando a memória social em uma determinada época e permitindo reflexões sobre as dinâmicas da sociedade.

Quanto aos aspectos da vida dos ex-escravizados, observou-se que Machado de Assis, nos textos do *corpus* analisado (uma crônica e fragmentos de outras duas), expôs, que, mesmo após a Abolição, os negros podiam permanecer realizando as mesmas atividades de antes de serem libertos (e até mesmo continuarem a ser mantidos em cativeiro), trazendo vantagens para seus ex-senhores. As crônicas também revelaram que a elite brasileira, apesar das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais pelos quais passava o país, ainda conservava velhas ideias de subserviência dos negros, que normalmente eram mantidos à margem dessas mudanças.

A forma velada e ambígua com que Machado de Assis geralmente expressava suas críticas, empregando diversificados recursos que tornavam mais profundos os sentidos nas entrelinhas, comprova a sua extrema habilidade no uso da palavra e sua agudeza de raciocínio. No entanto, segundo Pinheiro (2012), essa forma de escrita era também uma maneira de o autor, apesar de reprovar muitos comportamentos e ideologias da elite (que formava a maior parte do público leitor), conseguir manter-se dentro dela e do seu sistema intelectual sem desafiar a clara e abertamente. Nesse sentido, através da dissimulação, com o uso de artifícios literários, conseguia tensionar os discursos oficiais e ironizar/criticar a manutenção do *status quo*, os interesses mesquinhos, a exclusão social, entre outras mazelas sociais.

Após enfatizar que textos literários (em especial, as crônicas) podem ser tomados como

fontes históricas, cabe ainda destacar que esse pressuposto tomou força com o advento da História Cultural, pois, conforme Grecco, a partir dela, “A literatura assume um novo papel dentro da disciplina da História, como de significativa fonte de análise das diferentes visões de mundo que o homem apresentou em cada tempo e espaço” (Grecco, 2014, p. 42). O historiador, no entanto, ao utilizar esses textos, deverá considerar o contexto histórico da sua produção e o fato de que o escritor imprime seu estilo e sua visão de mundo neles (que pode destoar das ideologias dominantes no seu contexto), fazendo uso de recursos próprios da linguagem literária, que tendem a tornar menos explícitos os sentidos.

Portanto, conclui-se, de forma geral, que História e Literatura podem ser associadas quando se pretende estudar fatos passados num determinado espaço e tempo, uma vez que “a obra literária se concretiza como uma evidência histórica objetivamente determinada, situada dentro de um processo histórico” (Grecco, 2014, p. 16). Tanto uma como outra procuram apreender as experiências humanas, ainda que a Literatura opere com a transfiguração da realidade e com o uso estético/criativo da linguagem.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ARAÚJO, Edson de Andrade. Sociedade, pós-abolição e cotidiano: o negro “liberto” no recôncavo da Bahia século XIX. *In: CONGRESSO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP*, 25, 2020, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: PUC-SP, 2020. p. 1-11. Disponível em: <https://abrir.link/5H5n4>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. **Enigma e comentário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. 15 março de 1877. *In: COUTINHO, Afrânio. (org.). Obra completa: poesia, crônica, miscelânea e epistolário*. v.3. 9. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1994. p. 394.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. 14 de agosto de 1878. *In: GLEDSON, John; GRANJA, Lúcia. (org.). Notas semanais*. Campinas: Editora UNICAMP, 2008. p. 156.
- BARBOSA, Felipe Sanches Santos. A historicidade das crônicas: um debate sobre a correlação entre história, crônica e memória. **Humana Res**, v. 5, n. 8, p. 3-20, ago./dez. 2023. Disponível em: <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/185/141>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- BARROS, José D’Assunção. História cultural e história das idéias. **Cultura**, v. 21, 259-286, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/3353>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. *In: ____ et al. A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas; Rio de Janeiro: Editora da Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.13-22.
- CASERTANO, Giovanni. Epimênides: sábio ou filósofo? **Hypnos**, São Paulo, n. 26, p. 13-35, 1. sem. 2011. Disponível em: <https://hypnos.org.br/index.php/hypnos/article/view/222/223>.

Acesso em: 20 mar. 2025.

CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. de M. (orgs.). Apresentação. In: _____. **A História contada: capítulos de História Social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.7-13.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A arte de alinhar histórias. In: CHALHOUB, Sidney (Org.). **História em cousas miúdas**. São Paulo: Unicamp, 2005. p. 67-85.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 2002.

DRESCHER, Seymour. A abolição brasileira em perspectiva comparativa. **História Social**, Campinas, n. 2, p. 115-162, 1995. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/download/77/73>. Acesso em: 20 fev. 2025.

DUARTE, Eduardo de Assis. (Org.). **Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo**. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

FARIA, R. F. Prefácio: Alencar conversa com seus leitores. In: ALENCAR, José. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Ática, 1995. p.11.

FARIA, Sheila do Castro. **Cotidiano dos negros no Brasil escravista**. s.d. Disponível em: http://www.larramendi.es/v_centenario/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000209. Acesso em: 19 mar. 2025.

GALANTE, Rafael Benvindo Figueiredo. **“Essa gunga veio de lá!” – Sinos e sineiros na África Centro-Occidental e no Brasil centro-africano**. 2022. 203 f. Tese (Doutorado em História Social) – São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23052023-132320/pt-br.php> Acesso em: 23 fev. 2025.

GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 6, n. 11, p. 39-53, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10546>. Acesso em: 22 mar. 2025.

GRINBERG, Keila; GRINBERG, Lucia; ALMEIDA, Anita Correia de Lima. **Para conhecer Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

KARASCH, Mary. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. **História Revista**, n. 15, v. 2, p. 257-283, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/14128>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LUZ, Itacir Marques da. Irmandade e educabilidade: um olhar sobre os arranjos associativos negros em Pernambuco na primeira metade do século XIX. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, n. 32, v.3, p. 119-142, jul.-set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/NhkvmqRz4F7sh7PdDxhBQ9K/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 abr. 2025.

MACHADO, Humberto Fernandes. José do Patrocínio e a luta contra a indenização aos “Republicanos de 14 de maio”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-15. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/30-snh25?start=800>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MANOEL, Júlio César Costa. Escravidão e liberdade no Brasil império: um breve estudo sobre leis e abolição gradual. **Revista Eletrônica da OAB-RJ**. CVENB, 57ª subseção OAB, 2016. Disponível em: <https://abrir.link/FHGsn>. Acesso em: 03 abr. 2025.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a abolição. **Desafios do Desenvolvimento**, IPEA, ano 8, ed. 70, 29 dez. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28. Acesso em: 29 jan. 2025.

MARROCO, O cotidiano dos negros no exterior dos jornais de Porto Alegre, sinais de fotojornalismo no século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32, 2009, Curitiba. **Anais do [...]**. Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009. p. 1-20. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/r4-2764-1.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

RIOS, Ana Lugão; MATOS, Hebe M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan.-jun. 2004. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores. Acesso em: 10 mar. 2025.

OLIVEIRA, Rosilene Batista. A história cultural: concepções, perspectivas e desafios. **Plures Humanidades**, v. 14, n. 1, p. 70-82, 2013. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/95>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PEREIRA, Wellington. **Crônica**: arte do útil ou do fútil. João Pessoa: Ideia, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre história e literatura e representação das entidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). **Anos 90**, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, n. 4, p. 115 – 127, dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6158>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma *velha-nova* história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**: Debates, 28 jan. 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>. Acesso: 10 mar. 2025.

PINHEIRO, Marta Passos. Machado de Assis cronista: “Bons Dias!” No avesso da república. **Rev. Let.**, São Paulo, v.52, n.2, p.133-145, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/article/view/5404/4880>. Acesso em: 06 jun. 2025.

PIRES, Raquel Lais Vitorino de Lima. **Escravidão sem escravidão. Terra roxa e outras terras: Revista de Estudos Literários**, v. 17-B, p. 135-144, dez. 2009. Disponível em: www.uel.br/pos/letras/terraroxa. Acesso em: 1 mar. 2025.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío**: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886). Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SCHENEIDER, Claércio Ivan. **Crônica jornalística: um espelho para a história do cotidiano?** p. 1-7, 2012. Disponível em: https://joropinativo.files.wordpress.com/2012/04/cronica_jornalistica.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

SIEBERT, Silvânia. A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 14, n. 3, p. 675-685, set.-dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v14n3/1518-7632-ld-14-03-00675.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SILVA, Ana Lady da. **A escrita do tempo e da história por meio de crônicas e do conto “Pai contra mãe” de Machado de Assis**. 2013. 153f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística: Estudos Literários) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, 2013. Disponível em: <https://abrir.link/PSrzK>. Acesso em: 05 jun. 2025.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. **Machado de Assis, crítico da imprensa**: o jornal entre palmas e piparotes. 2005. 152 folhas. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2005. Disponível em: <https://abrir.link/oLutR>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILVA, R. L. da; RICIERI, F.F.W. *Machado de Assis e a escravidão: marcas do cativo nos contos “O caso da vara” e “Pai contra mãe”*. **Machado de Assis em Linha**, São Paulo, v.14, p. 1-14, e245295, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mael/a/z46MWR5X7xcnQyHCgmnBnd>. Acesso em: 06 junho 2025.

URRUZOLA, Patrícia. **Mães e filhos tutelados**: família, trabalho e liberdade no pós-abolição (Vassouras, Rio de Janeiro, 1880-1900). 2019. 279 f. Tese (Doutorado em História Social) – Rio de Janeiro, UERJ, 2019.